
SOBRE A MEMÓRIA DAS CIDADES¹

MAURICIO DE ALMEIDA ABREU²

On the heritage of cities

The past of cities is now being valued in Brazil. Governments and civil society are making great efforts to restore all sorts of remnants from past landscapes, now viewed as important elements of spatial identity. There has been a tendency, however, to equate city heritage with the preservation of physical structures. This paper aims at criticizing this predominant view. Starting with a discussion of

individual and collective memory, the author then proceeds to evaluate the historical and geographical dimensions of the past of cities, and concludes that geography could give an important contribution to the present "heritage crusade". To accomplish this task, however, geographers must first broaden the limited boundaries given to their discipline in the early twentieth century.

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades deste final de milênio. No Brasil, esta tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo, um período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar a "memória urbana".

Para compreender melhor essa tendência recente de busca de memória, de procura de raízes, este trabalho pretende discuti-la a partir de três

¹ Trabalho realizado com o apoio do CNPq e da Finep, e apresentado no Colóquio "O discurso geográfico na aurora do século XXI". Florianópolis, 28-29 de novembro de 1996.

² Professor do Departamento de Geografia da UFRJ.

eixos de análise. O primeiro é de natureza geral, e procura entender o que está por trás da valorização atual do passado. O segundo busca conceituar melhor o que se entende por memória das cidades. Finalmente, o terceiro eixo objetiva discutir o papel desempenhado pela geografia no resgate dessa memória.

A valorização atual do passado

A valorização do passado, ou do que sobrou dele na paisagem ou nas "instituições de memória" (museus, arquivos, bibliotecas, etc.) (NORA, 1984), se dá hoje de forma generalizada no mundo, refletindo a emergência de uma nova relação identitária entre os homens e as mulheres do final do século XX e os conjuntos espaciais que lhes dão ancoragem no planeta, sejam eles os estados-nações, as regiões ou os lugares.

Para dar conta dessa tendência atual, inúmeras explicações vêm sendo oferecidas pelos mais diversos autores. Algumas delas enfatizam as transformações que já vêm ocorrendo no imaginário ocidental há algumas décadas. Outras dão ênfase à velocidade eletrizante do período atual de globalização, que tem dado origem a uma busca ansiosa de referenciais identitários por parte das sociedades.

Para LE GOFF (1990: 14), a valorização atual do passado tem muito a ver com o fim da era de otimismo ilimitado no futuro, iniciada com o Iluminismo. Com efeito, foi a partir da Ilustração que as sociedades ocidentais passaram a redirecionar a sua visão de mundo, antes orientada para a "grandeza" e a "majestade" do passado, transferindo seu foco de atenção para o "futuro", para o "progresso". Olhar com reverência para o passado passou a ser visto, a partir de então, como sinônimo de saudosismo ou como atitude tipicamente reacionária, uma associação de idéias que só tendeu a ampliar o seu escopo com o tempo. Era para o futuro, e não para o passado, que as sociedades deveriam olhar!

Os acontecimentos do século XX minaram bastante esta fé ilimitada no porvir. Apesar dos inegáveis progressos técnicos e científicos, os horrores das guerras, das fomes e dos holocaustos, tão comuns no passado que se queria esquecer, jamais desapareceram do horizonte, tendo inclusive atingido dimensões nunca antes alcançadas. Por sua vez, a capacidade, agora adquirida, de autodestruição da espécie humana; a emergência de crises ecológicas de nível planetário; e o colapso do projeto de construção de uma sociedade nova e mais justa, dentre outras decepções, tornaram bastante incerto aquele futuro pelo qual tanto se esperava (LE GOFF, 1990: 14).

Incertezas e angústias acompanham todos os momentos de transição. Para LEPETIT e PUMAIN (1993: vi-vii), períodos de transição são momentos de perda da concordância de tempos. São períodos em que antigos tempos hegemônicos passam a coexistir e a interagir obrigatoriamente com tempos recém-chegados, tempos novos em busca de hegemonia (SANTOS, 1994:45-

46; ABREU, 1996). Nada estranho, portanto, que as sociedades que estejam no meio desse turbilhão reorientem as suas visões de mundo, vivendo mais o presente, desconfiando daquilo que o futuro lhes reserva, e revalorizando o que já construíram em tempos passados.

DUVIGNAUD (1990) mostrou que é nos momentos de ruptura da continuidade histórica que as atenções tendem a se direcionar mais para a memória. Embora suas reflexões estivessem voltadas para o entendimento da Primeira Guerra Mundial, elas se aplicam também ao período que estamos vivendo hoje, denominado de globalização, que é sem dúvida um momento de ruptura.

Trata-se de um importante momento de mudança, que não se compreende ainda muito bem, e que vem dando margem ao aparecimento de reflexões teóricas de peso, todas elas buscando concatenar pistas que permitam decifrá-lo. Diferentes em suas análises, essas reflexões são unânimes ao apontar para o tempo como a categoria de análise fundamental para a compreensão do momento atual. HARVEY (1989), por exemplo, analisa-o como um período de máxima "compressão espaço-tempo". GIDDENS (1989) refere-se ao "esvaziamento do tempo" que ele incorpora. SANTOS (1994: 178), por sua vez, apontou para a contemporaneidade simultânea e compulsória que o momento atual vem exigindo de todas as sociedades. VIRILIO (1984) chegou mesmo a radicalizar, dizendo que estamos vivendo um período em que o espaço foi abolido, em que só o tempo existiria.

Independentemente das polêmicas que essas interpretações propiciaram, o que importa salientar aqui é que todas elas apontam para uma dialética fundamental do entendimento dos lugares nos dias de hoje. Se a instantaneidade das comunicações vem permitindo a homogeneização do espaço global, se ela está contribuindo para que todos os lugares sejam hoje bastante parecidos, se ela vem fazendo com que o lugar esteja hoje em todo lugar, como quer SANTOS (1994: 178), ela também vem dando estímulos para que cada lugar, na busca de sobrevivência e de individualidade, procure se diferenciar o máximo possível dos demais. Em outras palavras, a tendência à abolição do lugar enquanto singularidade reforça justamente a busca desta última.

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em "instituições de memória", ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. Tal procura, sem dúvida defensável em termos da preservação das tradições vitais de uma sociedade, pode entretanto ser perigosa quando levada a extremos. Como bem mostrou LOWENTHAL (1996), as sociedades podem acabar sendo "possuídas pelo passado", o que resulta não raro na distorção da história e em conflito social.

A busca de «memória urbana» no Brasil

O Brasil é um país de cidades novas. A maior parte de seus núcleos urbanos surgiu neste século. Há cidades, entretanto, que já existem há bastante tempo. Contemporâneas dos primeiros tempos da colonização, algumas delas já ultrapassaram inclusive a marca do quarto centenário. Poucas são as cidades brasileiras, entretanto, que ainda apresentam vestígios materiais consideráveis do passado.

Se hoje o Rio de Janeiro, fundado em 1565, vangloria-se de seu "corredor cultural", que preserva edificações da área central construídas na virada do século XIX para o XX, é importante lembrar que as edificações aí situadas substituíram inúmeras outras que antes levantavam-se no mesmo local. Nem mesmo o berço histórico da cidade existe mais, arrasado que foi com o Morro do Castelo em 1922. E o que falar de São Paulo, fundada em 1554? Da paulicéia colonial e imperial quase mais nada existe, e se ainda temos uma boa noção do que foi a São Paulo da primeira metade do século XX é porque contamos com a paisagem eternizada das fotografias e com os belíssimos trabalhos realizados pelos geógrafos paulistas por ocasião do quarto centenário da cidade (AZEVEDO, 1958).

Há outros exemplos. Olinda, fundada em 1537, orgulha-se de ser patrimônio cultural da humanidade, mas este título não lhe foi conferido em razão dos testemunhos que sobraram da cidade antiga, em grande parte substituída por construções em estilo eclético ou *art déco* do início deste século. E se Salvador, criada em 1549, e Ouro Preto, fundada em 1711, podem gabar-se de manter ainda um patrimônio histórico-arquitetônico apreciável, isto deve-se muito mais à longa decadência econômica pela qual passaram, que atenuou os ataques ao parque construído anterior, do que a qualquer veleidade preservacionista local.

Em suma, não é muito comum encontrarem-se vestígios materiais do passado nas cidades brasileiras, mesmo naquelas que já existem há bastante tempo. Há, entretanto, algo novo acontecendo em todas elas. Independentemente de qual tenha sido o estoque de materialidades históricas que tenham conseguido salvar da destruição, as cidades do país vêm hoje engajando-se decisivamente num movimento de preservação do que sobrou de seu passado, numa indicação flagrante de que muita coisa mudou na forma como a sociedade brasileira se relaciona com as suas memórias.

O passado sempre fez parte do cotidiano de diversas sociedades contemporâneas. Na Europa, a fé no futuro, apregoada pelo Iluminismo, não conseguiu eliminar aquilo que Hegel chamou de "fardo da história" (apud LE GOFF, 1990: 204), e que Marx qualificou mais tarde, ao referir-se ao processo histórico francês, de "peso paralisante do passado" (apud LE GOFF, 1990: 220). Ou seja, o presente se desenrolou e o futuro se construiu a partir de uma sólida base material e espiritual herdada de outros tempos. Em outras palavras, o passado acompanhou *pari passu* o

processo de desenvolvimento da sociedade; ele sempre fez parte do presente e da idéia de futuro.

Esse não foi o caso do Brasil. O peso material e simbólico das formas urbanas herdadas de tempos anteriores foi aí muito menos paralisante do que na Europa. Por outro lado, o projeto modernizador do século XIX, tão bem analisado por MACHADO (1995), fundamentou-se na esperança de um futuro melhor e na rejeição do passado, na abolição dos seus vestígios, na sua superação. A vergonha do passado e a crença no futuro se fizeram sentir, por exemplo, na disseminação das idéias de "dimensão continental do país", de "espaços vazios", e de "oferta ilimitada de terras", que faziam do Brasil um "país do futuro". Olhou-se para o passado apenas para cimentar a identidade nacional, que estava então sendo forjada.

Essa fé no "país do futuro" tornou-se uma ideologia avassaladora a partir da República, e isto explica por que foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas "usanças" urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso, de subdesenvolvimento. Lemas como "São Paulo não pode parar", "cinquenta anos em cinco", "pra frente, Brasil" e muitos outros, independentemente de seus vínculos político-ideológicos, ilustram bem esse movimento de valorização do novo, e justificaram um sem-número de intervenções realizadas sobre as paisagens herdadas do passado.

A situação hoje é diferente. O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/recuperação/restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais. Mesmo cidades relativamente novas já adotam a prática de preservar os vestígios mais significativos de sua história. E naquelas em que a destruição da herança urbana foi devastadora, grandes têm sido os esforços para salvar e valorizar o que restou. Essas tentativas nem sempre têm sido bem-sucedidas. O desejo de tombar toda edificação que possa ser identificada como "memória urbana" raramente tem sido acompanhado da adoção de medidas que incentivem proprietários e inquilinos a preservar os imóveis tombados, fato que tem levado, muitas vezes, ao tombamento *ipsis litteris* da edificação que se queria proteger (SANTOS, 1986).

Não podemos discutir aqui todas as dimensões explicativas e interpretativas dessa busca da «memória urbana» que caracteriza os dias atuais. É importante constatar, entretanto, que ela é multifacetada e que nem sempre é motivada por razões identitárias (FOWLER, 1992). Desde o século XIX que se descobriu que a imagem urbana é uma mercadoria que pode gerar grandes lucros, notadamente com o turismo (KEARNS e PHILO, 1993). Por isso, não foram poucos os casos de cidades européias que, já em plena

era industrial, transformaram-se em (ou voltaram a ser) burgos medievais murados para melhor atrair os visitantes.

Independentemente do que estaria por trás desse movimento de preservação da herança (histórica ou construída) do passado, uma coisa se nos afigura como essencial: a "memória urbana" é hoje um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar. Busca-se com grande afã recuperá-la. Mas o que é, afinal, a "memória urbana"?

Para que possamos entender este termo, que aliás vem sendo erradamente empregado nos meios técnicos ou na linguagem cotidiana, pois o que se quer denotar, ao utilizá-lo, é a *memória das cidades*, teremos que discutir primeiro o que se entende por memória e quais são as suas diversas dimensões.

A memória individual

Memória, como sabemos, é uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações. Não é neste sentido, entretanto, que pretendemos enfocá-la neste trabalho. O que nos interessa aqui é discutir a memória como um elemento essencial da identidade de um lugar.

Milton SANTOS (1994: 36) afirmou que o lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. O lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo. Por essa razão, o que nos interessa aqui não é discutir a memória individual, por definição subjetiva e única, mas a memória compartilhada, a memória solidária. A memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva.

Não se pode, entretanto, explicar o que é a memória coletiva se não partirmos da discussão do que vem a ser a memória individual. E aqui não há como evitar a imagem da busca de referenciais da infância e da adolescência, da procura de um tempo que ficou perdido no passado, que foi magnificamente imortalizada por Marcel Proust em seu "Em busca do tempo perdido".

Georges Poulet analisou a fundo a obra de Proust, e chegou à conclusão que os seres proustianos, isto é, aquelas imagens que vão se materializando na mente do escritor em seu mergulho no tempo, estão na verdade ancorados tanto no tempo como no espaço.³ Para Poulet, o que Proust realmente faz é levar ao extremo a metamorfose do tempo em espaço. Embora o título da obra indique uma busca do tempo perdido, uma busca em que um ser põe-se à procura de seu passado, num esforço para reencontrar sua an-

³ Agradeço a Rosalina Maria Costa a indicação da obra de Poulet, cujas idéias ela competentemente aplicou em sua análise da memória de antigos residentes de um bairro do Rio de Janeiro. Ver COSTA (1993).

tiga existência, “desde o primeiro momento ... a obra proustiana se afirma como uma busca não somente do tempo, mas também do espaço perdido” (POULET, 1992: 17).

Para Poulet, a sensação vivida por um ser proustiano é extremamente angustiante, e a razão disso é a mobilidade dos lugares no pensamento. A angústia aparece quando se descobre quão ilusória era a única fixidez em que se acreditava: a fixidez dos lugares, a fixidez dos objetos ali situados. Nas palavras de Poulet, “o ser privado de lugar encontra-se sem universo, sem lar, sem eira nem beira. Não está, por assim dizer, em parte alguma, ou antes, está em qualquer lugar, como destroços flutuando no vazio do espaço”. No entanto, quando os lugares familiares retornam e reocupam o lugar primitivo, do mesmo modo aparentemente fortuito, aquele ser perdido no espaço descobre-se em casa, e descobre ao mesmo tempo o lugar perdido (POULET, 1992: 18-20).

É importante lembrar que os lugares proustianos não existem em si, já que estão invariavelmente ligados a certas presenças humanas. Não há dúvida, entretanto, que sem os lugares os seres proustianos seriam apenas abstrações. Como diz Poulet, “são os lugares que oferecem precisão às ... imagens; que nos fornecem o suporte necessário, graças ao qual podemos atribuir-lhes um lugar em nosso espaço mental, sonhar com eles e deles nos lembrarmos” (POULET, 1992: 28, 31).

A análise de Poulet, ainda que literária, traz-nos importantes aportes para a discussão que pretendemos fazer. Fundamental, nesse sentido, é a ligação inextricável que se estabelece entre espaço e tempo no campo da memória individual. Como diz Poulet, “graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado” (POULET, 1992: 54-55).

A memória individual pode contribuir, portanto, para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável, e é por isso que as “histórias orais” e as “memórias de velhos” vêm hoje se difundindo bastante no Brasil (BOSI, 1987; COSTA, 1993; MEIHY, 1996). É uma pena que essas técnicas de resgate da memória individual só agora tenham se popularizado. Quantas memórias de pessoas, que viveram importantes acontecimentos de uma cidade, perderam-se no tempo!

Há que se ter cuidado, entretanto, com a memória individual, já que, por definição, ela é subjetiva. Isto quer dizer que fazemos da nossa memória o que bem queremos. Há também um outro fato para o qual se precisa sempre atentar: o espaço da memória individual não é necessariamente um espaço euclidiano. Nele as localizações podem ser fluidas ou deformadas, as escalas podem ser multidimensionais, e a referência mais topológica do que geográfica.

Se essas distorções entre o “espaço real” e o “espaço da memória” podem ser riquíssimas para um trabalho de geografia comportamental, ou mesmo para trabalhos de geografia humanística, elas não têm necessariamente o mesmo valor quando utilizadas para o resgate da memória das cidades. Aqui a ancoragem tem que ser objetiva, o que não impede que seja enriquecida com uma série de lembranças subjetivas. O importante é que, ao utilizarmos estas últimas, saibamos evitar as suas armadilhas.

A memória coletiva

Maurice Halbwachs, sociólogo francês, dedicou uma boa parte de sua obra ao estudo das diversas formas sociais da memória. Em seu estudo sobre a memória coletiva, HALBWACHS (1990) também enfatizou a inseparabilidade do tempo e do espaço na memória. Segundo ele, o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço. No caso de uma memória coletiva, entretanto, a resistência desse espaço não é a mesma da memória individual.

A memória, já sabemos, tem uma dimensão individual, mas muitos dos seus referentes são sociais, e são eles que permitem que, além da memória individual, que é por definição única, tenhamos também uma memória intersubjetiva, uma memória compartilhada, uma memória coletiva. Esta memória não é a agregação pura e simples de memórias subjetivas. Para Halbwachs, a memória coletiva envolve as memórias individuais mas não se confunde com elas. A memória coletiva evolui de acordo com suas próprias leis. Daí, “se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais [aquele da] consciência pessoal” (HALBWACHS, 1990: 53-54).

O que é, entretanto, a memória coletiva? Para Halbwachs, ela é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Halbwachs não cansa de enfatizar o caráter familiar, grupal, social, da memória. (Sem negar importância à memória individual, para ele a capacidade de lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas pela aderência do grupo do qual ele faz parte àquele mesmo espaço: um espaço em que se habitou, um espaço em que se trabalhou, um espaço em que se viveu.) Um espaço, enfim, que foi compartilhado por uma coletividade durante um certo tempo, seja ele a residência familiar, a vizinhança, o bairro, o local de trabalho.

Para HALBWACHS (1990: 82), a memória coletiva é também uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo. Assim, o presente não se opõe ao passado, o que não quer dizer que tudo o que ocorreu no passado seja preservado. A memória compartilhada, por definição, ultrapassa sempre os limites do presente, mas não consegue mergulhar infinitamente no passado. Ela estende-se até onde pode.

Outra característica da memória coletiva é que ela está sempre se transformando. Como diz HALBWACHS (1990: 82-84), "não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela [a memória coletiva] esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram".

A memória coletiva está então sempre se redefinindo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, isto não quer dizer que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o grupo já não é mais o mesmo. Quando isto acontece, e se não se quer perder uma lembrança que não mais se sustenta por si mesma na consciência dos grupos, é comum então que esta lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se então em *memória histórica*.

Halbwachs distingue bem a memória coletiva da memória histórica. Para ele, enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la. A memória coletiva é, portanto, uma memória viva. É apenas quando o que se quer lembrar já está muito distante no passado, quando a memória social se apaga ou se decompõe, que ela tende a se transformar em memória histórica. Nas suas palavras:

"Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem" (HALBWACHS, 1990: 80-81).

Os ensinamentos de Halbwachs são importantes para a discussão da memória das cidades, da memória dos lugares. Primeiramente, porque enfatizam a exigência de ancoragem objetiva das memórias compartilhadas. "Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial", dizem ele. (HALBWACHS, 1990: 143). Em segundo lugar, porque apontam para o dinamismo das memórias coletivas, que estão sempre se transformando. Em terceiro, porque dão destaque aos momentos de ruptura, isto é, àqueles períodos de "quebra da tradição", que são às vezes bastante curtos, mas que têm o poder de redefinir todo o quadro social das memórias de uma coletividade.

Halbwachs também nos chama a atenção para algo mais. As memórias coletivas se eternizam muito mais em registros, em documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem. São esses documentos que, ao

transformar a memória coletiva em memória histórica, preservam a memória das cidades. São eles também que permitem que possamos contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem.

É nas "instituições de memória" que os documentos que guardam a memória das cidades são preservados. O que já existe aí não é pouco, e o volume só tende a aumentar. Para Pierre Nora, as sociedades atuais são sociedades obcecadas em compreender-se historicamente, razão pela qual estaríamos vivendo há algum tempo uma "síndrome arquivística", que vem impondo novos desafios aos historiadores. Segundo esse autor:

"À medida mesmo em que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais proliferante devesse tornar-se não se sabe que prova em não se sabe que tribunal da história. O sagrado investiu-se no vestígio que é a sua negação. Impossível prever o que será necessário lembrar-se. Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchamento hipertrófico da função de memória, ligado ao próprio sentimento de sua perda, e o reforço correlativo de todas as instituições de memória" (NORA, 1984: 16).

Independentemente desses problemas, o fundamental é que nos conscientizemos que o resgate da memória das cidades não pode se limitar à recuperação das formas materiais herdadas de outros tempos. Há que se tentar dar conta também daquilo que não deixou marcas na paisagem, mas que pode ainda ser recuperado nas instituições de memória.

A cidade como lugar de memória

A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço.

Mas a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas. Para definir o que seria a memória das cidades, nossa categoria de análise não pode ser a população. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Conseqüentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade.

Coexistem então numa cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas. Ao eternizarem-se em registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu. Há algo mais a considerar. Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. Muitas perderam-se no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu. E fragmentos muito especiais, pois estão geralmente ligados a estruturas de poder.

Como bem lembrou LE GOFF (1990), as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de "memória urbana", são, eles também, expressões de poder. Como afirmou FOUCAULT (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro.

Chegamos então a um impasse? Será então impossível recuperar a memória de uma cidade?

A resposta a essa pergunta é, ao mesmo tempo, sim e não. Sim, é impossível recuperar a memória de uma cidade, se isto quer dizer a *totalidade* das memórias coletivas que tiveram aquela cidade como referencial. Isto não quer dizer, entretanto, que seja impossível resgatar muitas outras memórias dessa cidade.

Esta segunda tarefa é não só viável, como necessária e urgente. É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade.

Entretanto, para realizar essas tarefas é importante que, no momento certo, saibamos sair da seara fluida e insegura das memórias e que ingressemos nos campos mais seguros da história e da geografia.

Memória e história

Há diferenças fundamentais entre *memória* e *história*. A memória, seja ela coletiva ou individual, é sempre seletiva: só nos lembramos daquilo que queremos lembrar. Por essa razão, a memória é parcial, descontínua, e vulnerável a todas as utilizações e manipulações (NORA, 1984: xix). A história, por sua vez, busca a objetividade. Nunca conseguirá atingir a objetivação

total, como nos lembra LE GOFF (1990), mas chega muito mais perto dela do que a memória.

A história, como a memória, não é neutra. Ao contrário do que pensavam os historiadores positivistas do passado, o *fato histórico* não é dado: o contexto em que o pesquisador se insere influi na forma como ele define e interpreta o fato histórico (LE GOFF, 1990: 9). Sabemos também que a história pode ser manipulada, e o foi várias vezes no passado. Apesar desses problemas, é incontestável que a história detém inúmeras vantagens sobre a memória, e que deve ser a partir dela, história, que devemos penetrar no difícil campo da memória das cidades, da identidade de um lugar.

As vantagens da história sobre a memória são inúmeras. A primeira delas é que, ao contrário da memória, a história tem que buscar a verdade. Trata-se de uma operação intelectual e laicizante, que segue um método científico, e que é posta à prova continuamente. Por isto, a história está sempre sendo reconstruída, reinterpretada, e é isto que permite que as falsas interpretações feitas em seu nome sejam detectadas e denunciadas. A história é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão (NORA 1984: xix; D'ALÉSSIO, 1992-1993: 101)

A segunda vantagem da história sobre a memória é que a primeira está sempre recuperando e reavaliando os referenciais que contextualizam a segunda. E faz isto exatamente para poder relativizar as memórias. Em outras palavras, a história está sempre pondo em xeque as memórias. Ao contrário da memória, a história precisa dar conta do que foi esquecido. A história precisa iluminar as memórias, ajudando-as a retificar suas omissões e erros. Privilegiar apenas a memória seria afundar no "abismo escuro do tempo" (LE GOFF, 1992: xi-xii).

Ao tentar iluminar esse abismo, a história não consegue atingir o sonho de recuperar o passado *tal qual ele aconteceu*, um passado sem lacunas e sem falhas, *wie es eigentlich gewesen ist* como queria Ranke. Esse sonho é impossível. NORA (1984: xix) nos lembra que a história é a construção sempre problemática e incompleta do que já não mais existe. LOWENTHAL (1985), por sua vez, nos alerta que o passado é um país estrangeiro, uma terra que nunca conseguiremos conhecer plenamente.

Isso não impede, entretanto, que tentemos nos aproximar desse país, mesmo sabendo que o desembarque jamais poderá ser concretizado. Nessa viagem de aproximação, é fundamental que tomemos o barco da história e não o da memória. E é imprescindível que mantenhamos sempre o rumo certo, para evitar que nos percamos "no abismo do tempo".

Como fazer isto?

É preciso reconhecer, antes de tudo, que qualquer vestígio do passado (seja ele uma forma arquitetônica que subsiste na paisagem ou um documento que ainda está guardado nas instituições de memória) jamais é neutro. Contextualizar o vestígio, saber quem o produziu, quando e, se possível, com que objetivo, é portanto o primeiro passo a ser tomado.

Não aceitar como definitiva qualquer interpretação já dada sobre o passado é o passo seguinte. Como já visto, os seus vestígios sempre podem ser relidos e reinterpretados e é por essa razão que a história é mais confiável do que a memória. Nesse esforço de reinterpretação é importante, entretanto, que estejamos sempre preparados para descobrir o novo e sempre precavidos contra as explicações *a priori*, contra os grandes esquemas analíticos que dizem tudo e que, ao mesmo tempo, não dizem nada.

É preciso lutar sempre contra as explicações fáceis e contra os “pré-conceitos”, pois seu poder de aliciamento é grande (BAKER e GREGORY, 1984). A prática não muito incomum de se enquadrar previamente o empírico que se quer analisar, de colocá-lo numa forma teórica que já vem pré-moldada, precisa ser sempre combatida. É impossível tratar do empírico sem que cheguemos a ele com uma bagagem teórica prévia. Não devemos utilizá-la, entretanto, como se fosse uma camisa-de-força, pois isso seria negar a própria ciência.

Finalmente, é fundamental que não esqueçamos jamais que a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Assim, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Isto não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização.

A memória das cidades

Ao tratarmos da memória individual e da memória coletiva, vimos que elas só se estruturam plenamente quando conseguem se ancorar simultaneamente no tempo e no espaço. O mesmo ocorre com a memória de um lugar, com a memória das cidades. Para avançarmos nesse ponto é importante, entretanto, que definamos agora o que se entende por isso.

Fala-se hoje muito em “memória urbana”, mas o que se quer denominar com esse termo é, invariavelmente, o passado de uma determinada cidade. Seria mais correto, neste sentido, falar de “memória da cidade”, mas isto também seria enganoso pois a cidade não pode lembrar-se de nada. Quem lembra são as pessoas que nela vivem ou viveram. Ademais, como alertou Pierre Nora, tudo o que hoje chamamos de memória já é história, pois a necessidade de memória é, na realidade, uma necessidade de história (NORA, 1984: xxv).

Apesar dessas imprecisões, a verdade é que os termos “memória urbana” e “memória da cidade” vingaram, e dizem respeito, não à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que es-

tão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade.

Ainda que imprecisos, adotaremos também esses termos aqui. Distinguiremos entretanto entre a "memória urbana", que a nosso ver trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano *per se*, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico, e a "memória da cidade", que referencia obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar. Essa distinção é importante para que discutamos por que a história, que tanto pode auxiliar no resgate da memória de uma cidade, vem contribuindo tão pouco para isso.

Já vimos acima como a história tem um papel mais importante do que o da memória para o resgate do passado de um lugar. Ao utilizar os vestígios que sobraram de tempos antigos, a história busca sempre ultrapassá-los, reavaliando e contextualizando os referenciais que lhe deram suporte. Consegue, com isso, iluminar o "abismo escuro do tempo", pois distancia-se do mundo seletivo das memórias e das singularidades do lugar, aproximando-se, ao mesmo tempo, de referenciais mais universais.

Todavia, ao fazer isso a história comete, não raro, um grande equívoco. Recupera o tempo mas perde o lugar. Ficamos então com uma análise brilhante de como um processo social ocorreu numa determinada cidade num momento específico do tempo, mas raramente com o seu necessário complemento: a história daquela cidade naquele momento. E isto ocorre porque o que se recuperou na análise foi apenas a dimensão universal dos lugares. Não se conseguiu recuperar simultaneamente o seu par dialético, que é a dimensão singular. Por essa razão, as conclusões sobre uma determinada cidade que se estudou podem ser aplicadas, sem solução de continuidade, a muitas outras cidades. Seguindo-se a definição acima, o que foi recuperado foi a "memória urbana" e não a "memória da cidade".

Quando isto ocorre, perde-se o gancho espacial que dá sentido à história (e à memória) dos lugares. Não se consegue recuperar aquilo que é fundamental na constituição de qualquer lembrança, de qualquer memória de cidade, que é a sua individualidade. E esta é dada, não pela singularidade dos lugares, que por definição são únicos, mas pela forma como cada um deles sintetiza a relação entre o geral e o particular.

O que fazer então? Como resolver este novo impasse? A nosso ver, só há uma saída. O resgate da memória de um lugar, da memória de uma determinada cidade, só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo em duas frentes de investigação. Temos que aliar a base segura da análise histórica ao esteio não menos seguro que a geografia proporciona.

Geografia e memória

Milton Santos nos adverte que devemos distinguir entre a história urbana e a história da cidade. Segundo ele, não se deve confundir o urbano com

a cidade. O urbano teria como referencial o abstrato, o geral, o externo. A cidade diria respeito ao particular, ao concreto, ao interno.

Em outras palavras, a história do urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, não numa determinada cidade, mas no ambiente urbano de modo geral. Seria portanto a história do emprego não agrícola, das classes urbanas, da divisão do trabalho entre cidade e campo e dentro das próprias cidades, a história, enfim, da socialização na(s) cidade(s). A história da cidade seria outra coisa. Seria a história dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva: a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. Segundo o mesmo autor, o conjunto dessas duas histórias nos daria "a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias" (SANTOS, 1994: 69-70).

Essa distinção proposta por Santos nos auxilia bastante, mas não dá conta de tudo aquilo que é necessário para que tratemos da memória das cidades. Para isso é fundamental que, além da história urbana e da história da cidade, fundamentais para que possamos contextualizar os processos sociais no tempo e no espaço, recuperemos também a *história daquela determinada cidade*, e esta última é mais do que a soma das duas primeiras. Ela é a síntese de como aquelas duas histórias se empiricizaram, como materialidade e como ação humana, não no espaço geográfico em geral, *mas naquele lugar*.

A história de uma determinada cidade não dispensa portanto a análise da dimensão única, idiográfica, do lugar. Ao contrário. Se abandonarmos essa dimensão poderemos até recuperar o urbano, mas não a cidade e, muito menos, a história (e a memória) da cidade que queremos estudar. O inverso também é verdadeiro. Se ficarmos atentos apenas às singularidades do lugar nunca conseguiremos contextualizá-lo frente a outros lugares, e nos perderemos então, não no abismo do tempo, mas nas rugosidades do espaço.

Para tratar da memória de um lugar há que se trabalhar então na recuperação simultânea da história *no* e *do* lugar.

É necessário reconhecer, primeiramente, que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas. Alguns desses processos são puramente singulares e podem ser explicados no nível das realidades locais. Outros, entretanto, só podem ser compreendidos se ampliarmos a escala de análise para níveis hierarquicamente superiores, sejam eles a região, o estado-nação ou mesmo o planeta. Entender como esses processos se entrecruzaram sincrônica e diacronicamente num determinado lugar é portanto o primeiro passo para a recuperação da memória das cidades.

O passo seguinte, importante e necessário, é fazermos essa mesma análise a partir de seu gancho espacial. Em outras palavras, não basta ana-

lisar a atuação dos processos sociais no espaço. Temos que dar conta também do espaço onde esses processos atuaram. Se ficarmos só no primeiro tipo de análise, estaremos tratando o espaço como espaço social *tout court*, ou como espaço topológico. A história e a memória de uma cidade não se constroem entretanto apenas nesse espaço. Elas precisam também daquele espaço concreto, daquele espaço onde se desenrola a vida cotidiana. Um espaço complexo, preñado de singularidades. Um espaço onde dominam não apenas as determinações mas também as contingências.

A geografia tem muito a contribuir para a discussão e recuperação da memória das cidades, da memória dos lugares. Para que essa contribuição seja efetiva, é importante, entretanto, que algumas barreiras intradisciplinares que dificultam-na sejam superadas.

Como a história, a geografia também não é neutra. Por essa razão, a definição e interpretação daquilo que os geógrafos clássicos chamavam de *fato geográfico* também dependem do contexto em que o pesquisador se insere. A geografia pode igualmente ser manipulada, como atestam, por exemplo, as teorias geopolíticas surgidas a partir do século XIX, e muito especialmente no período nazista. Apesar desses percalços, a geografia, assim como a história, tem o mesmo compromisso com a verdade e segue também um método científico que, por estar sempre sendo posto à prova, permite igualmente que as falsas interpretações feitas em seu nome sejam também detectadas e denunciadas.

Há entretanto algo que as diferencia, que as separa, e que vem limitando a contribuição de ambas, não só para o entendimento do que venha a ser a memória dos lugares, mas para o entendimento mesmo dos lugares. Por uma tradição nefasta, que teve origem em Kant e se materializou no estabelecimento de limites disciplinares rígidos em fins do século XIX, geografia e história vêm crescentemente dando as costas uma à outra.

De início essa separação até que foi menor. Os historiadores não dispensavam o estudo dos "quadros" naturais e territoriais onde ocorreram os processos sociais que estudavam, e não foram poucos os que elegeram um recorte espacial para circunscrevê-los. Os geógrafos, por sua vez, dedicavam uma boa parcela de seus estudos regionais ao estudo do processo histórico da região analisada, buscando nele elementos que os ajudassem a singularizá-la.

É verdade que poucos foram os estudos que integraram verdadeiramente espaço e tempo. A monumental obra de BRAUDEL (1966) sobre o Mediterrâneo, e algumas obras clássicas da geografia (VIDAL DE LA BLACHE, 1903; 1918) são assim exceções, e não a regra. Isto entretanto pouco importa. O que é digno de nota é que a busca da integração, independentemente de seu grau de sucesso, fazia parte do método de ambas as disciplinas. Isto foi o que se perdeu.

As mudanças epistemológicas ocorridas na geografia e na história por volta da Segunda Guerra Mundial, que não serão discutidas aqui mas que

ainda precisam ser mais bem estudadas, acabaram com essa preocupação integradora. A história regional braudeliana, apesar de ainda produzir trabalhos de grande valor (MATTOSO, 1992), é hoje um corpo estranho no seio da disciplina. Conseqüentemente, tornou-se comum a produção de trabalhos históricos que analisam muito bem os processos sociais ocorridos num determinado lugar, mas que pouco ou nada falam desse lugar. O lugar vira então um espaço absoluto, simples palco onde se desenrolou a trama que se queria estudar. Capengas de sua âncora espacial, esses estudos acabam então contribuindo menos do que poderiam para o resgate da memória daquele lugar.

Outro processo, que não é igual mas que vem produzindo resultados semelhantes, tem afetado também a geografia e vem limitando igualmente a sua contribuição para o resgate da memória dos lugares.

Não se pode negar que a abertura da disciplina ao materialismo histórico e dialético veio revalorizar a dimensão temporal, antes maltratada pelos estudos clássicos ou renegada pelo neopositivismo. Ela não conseguiu, entretanto, revogar uma das leis férreas da geografia, escrita não se sabe por quem nem quando, mas certamente não por Kant no final do século XVIII, que impõe despoticamente à disciplina o estudo do presente, legando à história o estudo do passado. Uma lei nitidamente freudiana, que só pode ser explicada pela luta travada pela geografia para afirmar-se na divisão positivista do saber do final do século XIX, e que só lhe autoriza tratar do passado se for para buscar nele o entendimento do presente ou a previsão do futuro. Uma lei que, paradoxalmente ou *pour cause*, teve na geografia francesa, originalmente mais próxima da história do que outras escolas nacionais (CLAVAL, 1984), o seu maior guardião.

Obrigada a tratar unicamente do presente, a contribuição que a geografia vem dando ao resgate da memória das cidades tem sido então bastante limitada. É importante reconhecer que isso não se deve apenas à imposição de uma lei de talião. Todas as leis têm seus transgressores e, no caso da geografia, os geógrafos históricos têm sido grandes desafiadores de alguns dos dogmas da disciplina. A geografia inglesa tem sido particularmente fértil nessa contestação, e tem oferecido importantes contribuições para a compreensão das sociedades do passado (BAKER e GREGORY, 1984; PACIONE, 1987; BAKER e BRIGER, 1992; BUTLIN, 1993). Todavia, é forçoso admitir que, no que diz respeito à geografia urbana histórica, de fundamental importância para o resgate da memória das cidades, e com as honrosas exceções de sempre (DENECKE e SHAW, 1988; PRED, 1990), a geografia ainda não conseguiu afirmar plenamente o valor da sua análise.

Os trabalhos de geografia histórica dedicados às cidades têm se limitado, em sua grande maioria, à reconstituição de antigas formas morfológicas, minuciosamente acompanhadas no tempo (WHITEHAND, 1992). Como resultado desse trabalho, sem dúvida metódico e de grande valor, consegue-se recuperar a evolução do plano da cidade, o processo de conversão da

terra rural em terra urbana, a posterior retalhamento desta última em lotes cada vez menores, etc. Consegue-se também exumar do esquecimento os antigos referenciais urbanos do passado, sejam eles as muralhas antigas, os caminhos e edificações desaparecidos, as antigas linhas do litoral, etc. Consegue-se resgatar, enfim, as antigas paisagens da cidade.

Nada há a opor quanto à importância desses estudos. Eles são verdadeiramente fundamentais. Sem a recuperação da produção material das sociedades do passado não é possível resgatar as âncoras espaciais que deram suporte à constituição das memórias coletivas, das memórias das cidades. O que não podemos é reduzir a contribuição da geografia à recuperação das formas morfológicas. Se nos limitarmos a isso, não faremos mais do que uma "geografia da bomba de neutrons", como bem a definiu Jeanne Kay, uma geografia que só se ocupa das formas materiais que restaram na paisagem ou nos documentos de arquivo, que não as relaciona com aqueles que as construíram.

Como bem lembrou Santos, o grande desafio que se antepõe à geografia quando estuda o passado é como empiricizar o tempo. Isto porque, sem torná-lo material, não conseguimos geografizar o tempo. As formas morfológicas são, sem dúvida, a expressão mais direta e mais concreta dessa empiricização, e não é por outra razão que elas têm sido privilegiadas nas análises geográficas. Mas elas não são as únicas formas de interesse da geografia. As formas geográficas também se apresentam como relação a obedecer e se materializam mediante um conjunto de normas e/ou formas jurídicas e sociais (SANTOS, 1994: 68). São essas formas não espaciais que dão conteúdo às formas morfológicas. Não podemos compreender uma sem entender a outra.

Não há lei proibindo, e nada impede que a geografia estude o passado. Não há razão também para que ela se limite à recuperação das formas morfológicas que restaram dele. As análises complexas e abrangentes que a disciplina vem fazendo para compreender o momento atual de globalização podem também ser feitas para os tempos passados, bastando para isso que façamos as necessárias correções metodológicas. Se conceitos e variáveis são historicamente datados, não podendo ser trasladados impunemente pelo túnel do tempo, as categorias de análise, que eles operacionalizam e desagregam, não o são. E são elas que orientam, em última instância, a análise geográfica.

Para se estudar e interpretar os espaços do passado, o que é fundamental então é definir quais são os conceitos e variáveis adequados à análise do tempo que se decidiu estudar. Se o objeto de estudo é uma cidade, o ponto de partida é a recuperação do quadro referencial maior daquele lugar naquele tempo, ou seja, o seu enquadramento espaço-temporal. Em outras palavras, temos que recuperar o "tempo do lugar", isto é, "o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, [que] não é dado por uma técnica, tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas [amplamente

definidas] existentes naquele ponto do espaço [naquele momento do tempo]" (SANTOS, 1994: 62).

Essa tarefa não é fácil. Para realizá-la a contento precisaremos definir primeiro quais são os conceitos e variáveis que permitirão o resgate desse tempo do lugar. Trata-se de verdadeiro desafio, pois o tempo do lugar e os conceitos e variáveis que o operacionalizam estão simbioticamente ligados. A definição de um define o outro.

Sem termos a pretensão de recuperar o passado tal qual ele aconteceu, que já vimos ser um objetivo impossível de alcançar, conseguiremos com esse esforço adquirir as ferramentas necessárias para que possamos analisar os processos e normas sociais então atuantes, detectar as contradições então presentes, enfim, contextualizar as formas morfológicas então produzidas pela sociedade e a relação que elas tiveram com as normas e com os processos sociais que lhes deram origem.

Um trabalho geográfico em nada diferente daqueles que vimos produzindo para entender o momento atual, só que agora dirigido, *mutatis mutandis*, ao entendimento do passado de um lugar.

Conclusão

A revalorização atual do passado tem gerado uma constante demanda pela memória dos lugares, em especial pela memória das cidades. O resgate dessa memória não tem sido uma tarefa fácil, e os resultados obtidos nem sempre têm correspondido às expectativas.

Por um lado, muitas memórias coletivas, que são as que alicerçam mais solidamente a memória dos lugares, perderam-se no tempo. Por outro, o trabalho de recuperação daquilo que ainda é possível resgatar tem privilegiado apenas o processo social ocorrido nos lugares e não os próprios lugares. Conseqüentemente, a memória que vem sendo resgatada das cidades tem sido invariavelmente uma memória capenga, não ancorada adequadamente num de seus pilares fundamentais, que é o espaço.

A geografia, que podia certamente satisfazer essa carência, tem contribuído muito pouco para isso. Apegada a uma lei castradora, que impele-a na direção exclusiva da interpretação do presente dos lugares, e não no caminho da interpretação dos lugares, a geografia vem produzindo já há algum tempo valiosas análises sobre as cidades, que entretanto têm servido muito pouco para resgatar a sua memória.

Isso se explica, a nosso ver, por três razões principais. Em primeiro lugar, porque a memória das cidades precisa da perspectiva diacrônica, e essa tem sido invariavelmente preterida pela preferência por análises sincrônicas na história da disciplina. Em segundo lugar, porque quando a diacronia é incorporada (o que não é raro), poucas vezes ela serve a outro propósito que não seja o de acompanhar formas morfológicas desde um

passado qualquer até o presente, sem relacioná-las adequadamente aos processos sociais que lhes criaram ou com os quais interagiram. Em terceiro, porque a sincronia, tão privilegiada na geografia, raramente se aplica ao estudo de um momento do passado de um lugar, tarefa que é geralmente legada à história, que entretanto não consegue desempenhá-la a contento.

Empiricizar e interpretar o tempo de um lugar não é uma tarefa fácil. É um desafio que os geógrafos enfrentam ao fazer qualquer análise empírica, inclusive do presente. A decisão pela análise dos espaços do passado, tão válida quanto a escolha do momento atual, apenas complexifica um pouco mais a tarefa, mas não a impede nem a inviabiliza. O resgate de uma memória compreensiva das cidades, devidamente ancorada em suas amarras espaciais, é viável e está à espera da contribuição dos geógrafos.

Não basta entretanto resgatar o passado. A memória das cidades está sendo produzida a cada dia. Por isso, temos também que estar atentos ao presente, e preocuparmo-nos sempre em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade. Não há como impedir que muitas dessas memórias acabem desaparecendo. Muitas podem, entretanto, ser salvas, bastando para isso que estejamos atentos ao seu valor futuro, que consigamos deixar de pensar exclusivamente no aqui e no agora.

A "síndrome arquivística" que vem afetando as mais diversas instituições, e que tanto incomodou Pierre Nora há algum tempo, é neste sentido bem-vinda. Os avanços espetaculares ocorridos recentemente nas técnicas de armazenamento de informações, que permitem que milhões de dados sejam prensados e reformatados para caber em um número reduzido de disquetes de computador, garantem a guarda de inúmeras informações num mínimo de espaço. Os computadores são novos e importantes "lugares de memória". Não importa que a quantidade de informações neles guardadas seja incomensurável com a capacidade que hoje temos para processá-las todas.

Não temos também o poder de decidir, agora, o que o futuro considerará importante resgatar deste nosso tempo. Como bem ensinou Henri LÉFEBVRE (1975), o passado histórico é redefinido cada vez que se concretiza, no presente, uma possibilidade que ele permitiu que fosse realizada. Deixemos que o presente que virá defina essas possibilidades. Isto não impede, entretanto, que ajamos agora no sentido de facilitar ou garantir a sua plena realização.

Bibliografia

- ABREU, Mauricio A. (1996): "Le Rio de Janeiro du début du dix-neuvième siècle et ses différentes temporalités". In: *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, 73. Paris, pp. 30-38.
- AZEVEDO, Aroldo de (Coord.) (1958): *A cidade de São Paulo*. Estudos de geografia urbana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 4 volumes.
- BAKER, Alan R. H. & GREGORY, Derek: "Some *terrae incognitae* in historical geography: an exploratory discussion". In: _____ (Orgs.) (1984): *Explorations in historical geography: interpretative essays*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BAKER, Alan R. H. & BIGER, Gideon (Orgs.) (1992): *Ideology and landscape in historical perspective: essays on the meanings of some places in the past*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BOSI, Ecléa (1987): *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz; Editora da USP.
- BRAUDEL, Fernand (1966): *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris, Armand Colin.
- BUTLIN, Robin A. (1993): *Historical geography: through the gates of space and time*. Londres, Edward Arnold.
- CLAVAL, Paul (1984): "The historical dimension of French geography". In: *Journal of Historical Geography*, 10 (3). Cambridge, pp. 229-245.
- COSTA, Rosalina Maria (1993): *Em busca do espaço perdido: a reconstrução das identidades espaciais do bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dissertação de Mestrado.
- D'ALÉSSIO, Márcia Mansor (1992-1993): "Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora". In: *Revista Brasileira de História*, 13 (25/26). São Paulo, pp. 97-103.
- DENECKE, Dietrich & SHAW, Gareth (Orgs.) (1988): *Urban historical geography: recent progress in Britain and Germany*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DUVIGNAUD, Jean (1990): "Prefácio". In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- FOUCAULT, Michel (1969): *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard.
- FOWLER, Peter J. (1992): *The past in contemporary society: then, now*. Londres, Routledge.
- GIDDENS, Anthony (1989): *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- HALBWACHS, Maurice (1990): *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- HARVEY, David (1989): *The condition of postmodernity*. Oxford, Basil Blackwell.

- KEARNS, Gerry & PHILO, Chris (1993): *Selling places: the city as cultural capital, past and present*. Oxford, Pergamon Press.
- LEFEBVRE, Henri (1975): What is the historical past? In: *New Left Review*, 90. Londres, pp. 27-34.
- LE GOFF, Jacques (1990): *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp.
- ____ (1992): *History and memory*. Nova York, Columbia University Press.
- LEPETIT, Bernard & PUMAIN, Denise (Orgs.) (1993): *Temporalités urbaines*. Paris, Anthropos.
- LOWENTHAL, David (1985): *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ____ (1996): *Possessed by the past: the heritage crusade and the spoils of history*. Nova York, The Free Press.
- MACHADO, Lia Osório (1995): "Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem". In CASTRO, Iná Elias de et al (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 309-353.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós (1992): *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (1996): *Manual de história oral*. São Paulo, Edições Loyola.
- NORA, Pierre (1984): "Entre mémoire et histoire". In ____ (Org.): *Les lieux de mémoire. Vol. 1. La République*. Paris, Gallimard.
- PACIONE, Michael (Org.) (1987): *Historical geography: progress and prospect*. Londres, Croom Helm.
- POULET, Georges (1992): *O espaço proustiano*. Rio de Janeiro, Imago.
- PRED, Allan (1990): *Lost words and lost worlds: modernity and the language of everyday life in late Nineteenth-century Stockholm*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (1986): "Preservar não é tomar. Renovar não é pôr tudo abaixo". *Revista Projeto*, 86. São Paulo.
- SANTOS, Milton (1994): *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo, Hucitec.
- VIDAL DE LA BLACHE (1903): *Tableau de la géographie de la France*. Paris, Hachette.
- ____ (1918): *La France de l'Est*. 2ª edição. Paris: Armand Colin.
- VIRILIO, Paul (1984): *L'espace critique*. Paris, Christian Bourgois.
- WHITEHAND, J. W. R. (1992): *The making of the urban landscape*. Oxford, Blackwell.